

ÁREA TEMÁTICA:
Inovação e sustentabilidade

TÍTULO:
GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS: BARRAGENS QUE
DESTERRITORIALIZAM E DESORGANIZAM SOCIEDADES TRADICIONAIS

Erasmoo Moreira de Carvalho
macarva@usp.br
Universidade Federal de Rondônia

Mina Dânae Franco Gomes
macarva@usp.br
Faculdade São Lucas

RESUMO

O presente estudo é um ensaio teórico que tem como objetivo proporcionar uma reflexão sobre o processo de desterritorialização social e desorganização das redes socioeconômicas dos povos tradicionais em função da construção dos grandes projetos hidrelétricos no território abrangido por esses povos. A reflexão sobre esse conflito leva em consideração a disputa assimétrica, em termos de poder, entre os atores sociais pelos espaços geográficos, socioculturais, políticos e econômicos prevaletentes no campo em questão. Território é entendido como espaço onde se dão as relações humanas, projetadas intencionalmente, e considera as vertentes político-administrativas, culturais e econômicas de determinados grupos sociais. O processo de territorialização implica na produção de vínculos sociais, econômicos, políticos, religiosos e simbólicos, construídos pelos atores sociais sobre seus respectivos espaços biofísicos, em especial, o território. Por sua vez, o processo de desterritorialização, genericamente, significa a destruição do território enquanto espaço construído historicamente. A desterritorialização vai além da mobilidade e dos fluxos migratórios. Ela se destaca precarização territorial dos que sentem a perda do controle físico e de referências simbólicas sobre seus territórios. Está em curso a construção de duas usinas hidrelétricas no complexo do Rio Madeira, estado de Rondônia, que pode provocar um processo de desterritorialização de populações tradicionais sem precedentes no estado. Este ensaio buscou, a partir de uma pesquisa bibliográfica, caracterizar os custos socioculturais e econômicos com o processo de desterritorialização dos povos tradicionais a partir da construção de grandes projetos hidrelétricos nos territórios desses povos, tendo como base as usinas do Rio Madeira.

Palavras-Chave: Território; Territorialização; Desterritorialização; Populações Tradicionais; Ribeirinhos.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, a política de geração e distribuição de energia elétrica brasileira se constrói quase que exclusivamente por meio da implantação de grandes projetos destinados ao aproveitamento dos recursos hídricos naturais. Esta característica nacional, a qual Pinheiro (2007) chama de cultura da hidroeletricidade, tem sido fortemente disseminada entre os atores sociais que estão envolvidos neste processo como o governo, as grandes empresas interessadas na construção das hidrelétricas e a própria sociedade afetada pelos grandes projetos. Quem tem interesse na construção das grandes obras hidrelétricas dá a entender, pelo discurso, que praticamente não existe alternativa de produção de energia.

Após a crise energética de 2001, o governo e os grandes capitalistas da energia elétrica têm utilizado um discurso com conteúdo sobre a ameaça de um novo “apagão” e assim disseminado fortemente a necessidade de aumentar a capacidade de produção energética do Brasil. A difusão da ideia do perigo eminente de uma nova crise e de seus consequentes desconfortos sociais e econômicos num futuro próximo, tem hegemonizado no seio da sociedade brasileira a necessidade de construção de novas hidrelétricas pelo país.

Outro argumento fortemente empregado pelo governo e pelos grandes consórcios de construtoras para inculcar na sociedade a obrigatória construção das usinas é o discurso do desenvolvimento e do crescimento econômico local das cidades localizadas geograficamente em torno da obra. Estes municípios geralmente são afastados dos grandes centros industriais sendo, portanto, pouco desenvolvidos economicamente e com pouca inserção na economia de mercado. Assim, torna-se uma tarefa não muito difícil para os agentes do setor elétrico vender a ideia de mais emprego, mais saúde, mais educação, mais infraestrutura, ou seja, a ideia de uma vida melhor com a chegada das usinas.

Esse discurso - proferido pelo governo e pelos interessados no aumento do potencial energético do Brasil a fim de convencer a sociedade da necessária construção de grandes projetos hidrelétricos - é simbólico, pois, de fato, as necessidades são outras.

As usinas não têm nada a ver com o desenvolvimento local, tampouco seu produto será destinado ao povo. A urgente necessidade é das elites econômicas nacionais e do capitalismo internacional que, em seu modo de produção e com sua racionalidade econômica, vê na hidroeletricidade uma fonte energética de baixo custo financeiro para a manutenção e a expansão de suas atividades.

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

Contudo, a implantação de grandes usinas resulta em um complexo e multidimensional processo, no qual se inserem variáveis econômicas, técnicas, políticas, sociais, culturais e ecológicas (REIS, 1998), que é permeado de conflitos e congregam uma diversidade de atores que se posicionam e se dispõem diferentemente entre si, articulando-se ou opondo-se. Esses conflitos já nascem com o planejamento e se estendem pela fase de construção, sem esgotar-se com o término da obra, permanecendo durante as atividades de produção de energia das usinas. O que os diferencia é apenas a sua dinâmica (dos conflitos) em cada fase.

Seria impossível trazer para este ensaio todos os conflitos e identificar todas as fontes e atores envolvidos neles na implantação de grandes projetos hidrelétricos. Isso faz com que seja necessário, para possibilitar sua análise, caracterizar os elementos que regem a evolução e a intensidade do conflito que aqui se deseja discutir (NASCIMENTO, 2001), fazendo um recorte quanto aos tipos de atores envolvidos.

Historicamente, as plantas de hidrelétricas são projetadas e implantadas em espaço físico que afeta gravemente os habitantes das margens dos rios, devido à necessidade de formação de barragens. Dentre os atingidos destacam-se, para este ensaio, os que são denominados de comunidades tradicionais. Esses espaços físicos afetados são espaços materiais e sociais construídos pelos povos tradicionais e para eles. Esses povos possuem características específicas com profundas conexões com o meio natural em que vivem e com o qual se dá o seu contato com o mundo. Segundo Itacaramby (2006), essas comunidades vivem sob especificidades econômicas e socioculturais distintas dos modos de vida configurado ambientalmente em nível planetário contemporâneo.

Para essas populações, considerando sua forte identidade e enraizamento territorial, a construção das usinas e a possibilidade de serem atingidas pela barragem criam uma situação de crise e de insegurança quanto ao futuro. A possibilidade de rupturas e de intervenção em seus projetos de vida são as fontes da crise (REIS, 1998). Para os interessados nas usinas, possivelmente, é apenas mais um projeto a ser construído, e aqueles povos apenas um obstáculo a ser superado em sua fase de implantação.

Dentro dessas diferentes percepções ergue-se, então, o conflito social, no qual se tem, de um lado, os construtores das usinas, apoiados pelo governo que, com seu discurso de desenvolvimento, busca convencer, para construir alianças, a parte da sociedade não atingida da necessidade da obra e, de outro, as populações tradicionais atingidas, que terão suas terras

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

expropriadas e, conseqüentemente, a sua desagregação sociocultural, econômica e política (REIS, 1998, ITACARAMBY, 2006; PAZ, 2006; SILVA, 2007).

A natureza do conflito em questão reside no fato do deslocamento compulsório dos povos tradicionais, pois suas terras são requeridas pelo empreendimento para a formação da barragem. Este deslocamento, que neste estudo será denominado de desterritorialização compulsória, é para Reis (1998), dentre os efeitos e constrangimentos provocados pela construção das barragens, o mais penoso e traumático, pois o que irá ficar debaixo d'água não serão apenas as terras, casas e igrejas, mas também a história, as lembranças, as crenças e a história de vida desse povo.

Este ensaio tem como indicativo proporcionar uma reflexão sobre o processo de desterritorialização social e desorganização das redes socioeconômicas dos povos tradicionais em função da construção dos grandes projetos hidrelétricos. A reflexão sobre esse conflito leva em consideração a disputa assimétrica, em termos de poder, entre os atores sociais pelos espaços geográficos, socioculturais, políticos e econômicos prevalentes no campo em questão.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Ribeirinhos: que brasileiros são esses?

O que se está chamando de povos/populações/comunidades tradicionais compreende uma diversidade de grupos humanos que possuem um estilo de vida próprio e diferenciado das populações típicas dos meios urbanos industrializados. O vocábulo populações tradicionais abrange uma heterogênea quantidade de grupos sociais sob a mesma denominação (ITACARAMBY, 2006). Esses grupos podem ser de indígenas, açorianos, quilombolas, ribeirinhos, pantaneiros, dentre outros.

Para Little (2002), o termo populações tradicionais - que ele chama de povos tradicionais - possui uma diversidade de conotação, dentre elas a política e a ambiental. Segundo o autor, o uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer uma categoria analítica capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, sentido de identidade com o lugar, busca de autonomia cultural e práticas adaptativas de sustentabilidade.

Utilizando-se parcialmente da concepção de Little (2002), Itacaramby (2006) faz referência ao modo de vida dos povos tradicionais em suas vertentes econômicas e

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

socioculturais. Estes povos estão baseados, em larga medida, com os ambientes biofísicos que ocupam. Sendo assim, a autora deixa claro que a sustentabilidade não é uma das características dos povos tradicionais. É antes uma consequência enquanto forma de defender seu território.

Paiola e Tomanik (2002) destacam a especificidade do modo de vida dos povos tradicionais, principalmente em termos de atividades econômicas. Ressaltam também, em seu trabalho, a forte relação com a natureza e com os recursos naturais, os quais são mantenedores da sua subsistência. Assim, parece ser recorrente, entre os autores aqui citados, a referência quanto ao apego das populações tradicionais ao local que habitam.

Uma preocupação destacada por Itacaramby (2006) e Little (2002) é quanto à utilização do termo “tradicional” que, segundo os autores, causa uma polissemia, evocando a ideia de imobilidade histórica, de algo estático e lento e, portanto, muitas vezes de atraso econômico quando, de fato, a ideia de tradicional diz respeito às tradições socioculturais que são mantidas por esses povos e que se atualizam dentro de uma dinâmica própria.

A expressão tradicional, quando contraposta ao moderno, recebe uma carga negativa que culmina com a desvalorização desses povos perante as chamadas sociedades modernas. Não por acaso, as sociedades urbano-industriais possuem maior visibilidade e poder dentro das políticas públicas, ficando as sociedades tradicionais nas intenções periféricas dos projetos governamentais.

As populações tradicionais se utilizam do solo e dos recursos naturais em seu processo de produção de subsistência, sendo reduzidas suas relações com o mercado externo. Assim, esses povos tendem a apresentar, quando fazem baixa acumulação de capital (PAIOLA e OMANIK, 2002; ARRUDA, 2000).

O processo produtivo implementado por esses grupos sociais tem forte dependência da mão de obra familiar. A tecnologia que utilizam na produção é relativamente simples, com limitado impacto ambiental (ARRUDA, 2000). Destacam-se as práticas artesanais onde o produtor, enquanto família, domina todo o processo de trabalho. Costumam cultivar e extrair da natureza um variado conjunto de produtos para consumo próprio, como criação de animal, pesca, caça, pequenos cultivos e extração de produtos da floresta. Geralmente não possuem outras fontes de renda, sendo de fundamental importância o uso sustentável da natureza de forma a não esgotar seus recursos (DIEGUES, 1996).

A cultura dentre os povos tradicionais tem muita força e se expressa publicamente por meio de hábitos, festas e religiões. Os mitos, crenças, rituais e símbolos possuem muita

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

importância, sendo herdados de gerações anteriores, mantidos e cultivados como parte de sua cultura íntima. Não se concebe, no projeto de vida desses povos, a desarticulação de suas crenças e de seus hábitos tradicionais, ou seja, o seu desaculturação, pois são carregados de emoções e afetividade.

Assim como tudo nesses povos é particular, existe também uma forma de saber que lhes é peculiar e que lhes é motivo de orgulho. Esses saberes, construídos historicamente por essas populações, são cotidianamente postos em prática e compartilhados entre os indivíduos da comunidade. Segundo Paiola e Tomanik (2002), os conhecimentos tradicionais suplantam o discurso e fornecem a base de convivência daqueles indivíduos, formando sua representação social e sua relação com o meio em que vivem. Little (2002) observa que esses saberes têm representado alto valor para os pesquisadores e para as empresas e não estão protegidos sob regimes de propriedade intelectual.

Este estudo se utiliza das definições de Little (2002) e Itacaramby (2006) sobre populações tradicionais e busca, mais adiante, refletir sobre o trauma representado para esses indivíduos, no desenraizamento dos seus espaços vividos cotidianamente. Neste refletir, faz-se necessário considerar a forte carga de afetividade ao lugar, às crenças, aos hábitos e sabedorias que lhe são peculiares.

2.2 Sobre Território, Territorialização e Desterritorialização

As referências ao estudo do território e ao processo de territorialização estão inclusas nas diversas áreas de conhecimento como a geografia humana, psicologia, antropologia e teoria das organizações. Sua base, no entanto, encontra-se na dimensão humana com relação à construção do espaço social (PEREIRA e CARRIERRI, 2005).

Cada autor e, portanto, cada obra construída dentro dessas áreas de conhecimento, dependendo de sua linha de trabalho e de sua concepção epistemológica, enfatiza aspectos específicos dentro do estudo do território tais como: aspectos econômicos, políticos, sociais, dentre outros, ou até mesmo o entrelaçamento destes fatores, para explicar a definição e a dinâmica de um espaço construído, em construção ou em desconstrução. Para o nosso ensaio, a linha orientadora é a questão da desconstrução e desorganização social, econômica e cultural do território das populações tradicionais e seus impactos nos indivíduos desterritorializados.

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

Ao se utilizar o território enquanto unidade de análise é comum que os estudos procurem desfazer a similaridade de significado que o senso comum lhe atribui ao termo espaço. Raffestin (1993, p.143), um dos clássicos a tratar do tema território, faz esta distinção da seguinte forma: “É essencial compreender bem que espaço é anterior a território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”.

Portanto, espaço é um lugar desumanizado, e o território se forma a partir do espaço, sendo então um espaço vivido. Território é visto como parte do espaço efetivamente ocupado pela população, pela economia, pela produção, pelo comércio, pelo transporte etc.. (ANDRADE, 1995). Mais do que a simples presença humana, o território é produzido a partir das relações que os indivíduos mantêm em seu cotidiano.

O espaço é mais amplo do que o território. Seu conceito considera - além do território vivido - as áreas vazias, não ocupadas humanamente. O território se apóia no espaço, mas não é espaço. Porém, ele é produzido a partir do espaço (RAFFESTIN, 1993).

Tanto Raffestin como Andrade tratam o território como ênfase político-administrativa, inscritos no âmbito do poder. Haesbaert (2002) traz na sua obra, além da visão político-administrativa, a vertente cultural e econômica. A visão cultural de Haesbaert traz dimensões simbólicas e subjetivas para análise do território. Nessa percepção, território passa a ser compreendido como a apropriação do espaço feita através do imaginário e da identidade social de quem o constrói.

Na visão econômica, o território se destaca em sua questão material, de produção, de luta de classe e na relação capital-trabalho (HAESBAERT, 2002). Contudo, o autor deixa claro que estes elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados numa mesma relação sócio-espacial que compõe efetivamente o território.

Território é, neste estudo, entendido como espaço onde se dão as relações humanas, projetadas intencionalmente, e considera as vertentes político-administrativas, culturais e econômicas de determinados grupos sociais, especificamente, as relações construídas pelos ribeirinhos que habitam as margens dos rios. Essas margens, que não são apenas espaços físicos, mas representa também o subjetivo, o simbólico, a identidade do indivíduo ou do grupo com o lugar, cuja vida está intrinsecamente conectada ao rio, à floresta e a tudo que há nela.

Quanto à territorialidade, Little (2002) a define como um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica do

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

espaço, convertendo-o, assim, em seu território. Territorialidade reflete a vivência territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral (RAFFESTIN, 1993).

O território é, portanto, originário da conduta de territorialidade de um espaço por um grupo social. A materialização da territorialização por meio de manifestações dos atores sociais que dele se apropriam. Implica dizer que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos construídos a partir do espaço (LITTLE, 2002).

A territorialidade é algo em processo, é fluxo, é mobilidade. Segundo Little (2002) o território de um determinado grupo social, incluindo suas condutas territoriais, pode se alterar com o tempo, dependendo das forças históricas que são exercidas sobre este grupo. A velocidade do processo de territorialidade é dependente da velocidade da mobilidade histórica que pressiona o grupo.

O processo de territorialização implica na produção de vínculos sociais, econômicos, políticos, religiosos e simbólicos, construídos pelos atores sociais sobre seus respectivos espaços biofísicos. Cria também, segundo Little (2002), a noção de pertencimento, a ideia de ser de um lugar nos indivíduos que habitam determinado espaço.

Os territórios dos povos tradicionais são frutos de um processo de territorialização de décadas. Em alguns casos, de séculos de construção. Isso fornece um peso afetivo e sentimental muito forte e conseqüentemente o aumento do significado de pertencimento ao lugar. É nesse lugar que eles se reconhecem e se identificam. Lugar onde nasceram e viveram seus avôs, pais, filhos.

As populações tradicionais têm como uma de suas características a territorialidade com pouca mobilidade, não implicando, necessariamente, em algo historicamente estático. Little (2002) atribui a esta pouca mobilidade territorial a invisibilidade social e a marginalidade econômica, estrategicamente utilizada por esses povos como forma de afastamento dos grandes centros capitalistas que possuem interesses na exploração de seus conhecimentos e em seu ambiente biofísico.

Desterritorializar, genericamente, significa a destruição do território enquanto espaço construído historicamente. A desterritorialização vai além da mobilidade e dos fluxos migratórios. Ela se destaca, segundo Haesbaert (2002), pela precarização territorial dos que sentem a perda do controle físico e de referências simbólicas sobre seus territórios.

Perder a ligação com o território de maneira forçada acarreta não só a perda do solo, mas perdas irreparáveis em termos de cultura local, ruptura de redes sociais, desorganização econômica. Este tipo de desterritorialização pode provocar, inclusive, transtornos da alma,

como sintomas de depressão e outras formas de desencantamento com a vida (ITACARAMBY, 2006).

A desterritorialização compulsória é, portanto, um ato de violência, pois implica arrancar do meio em que vivem e de onde tiram seu sustento, grupos de indivíduos e cidades inteiras em prol de algo que não lhes é de interesse, como no caso dos grandes projetos hidrelétricos. Esses grandes projetos são de interesse dos agentes capitalistas, pois aumentam o potencial energético nacional, aumentando a capacidade produtiva, gerando maiores riquezas para os acionistas das grandes empresas.

2.3 Assimetria de Poder nos Conflitos sobre Grandes Projetos Hidrelétricos

O território é uma categoria que revela as relações de poder. Segundo Raffestin (1993), o território se inscreve num campo de poder, sem o qual não se define. Este é um espaço onde os interesses são formados, onde as relações sociais e as formas de poder são construídas (PAZ, 2006).

Os atores sociais envolvidos nos conflitos sobre implantação de hidrelétricas têm sido mencionados, dentre muitos, os financiadores nacionais e internacionais, setores da administração pública, empresas e grupos específicos que têm interesse na obra, empresas de consultoria e prestação de serviços, populações regionais e locais, ocupantes de áreas a serem requeridas para a instalação da obra, no caso brasileiro, sindicatos, igrejas, etc. (REIS, 1998).

Este ensaio faz um recorte dessa congregação de atores sociais inclusos nos conflitos em torno da construção de grandes projetos hidrelétricos, e destaca, especificamente, a relação que se dá entre as grandes empresas que possuem a concessão da obra e conseqüentemente a produção de energia e os ribeirinhos que serão atingidas pela barragem. O fato é que não tem como fazer a análise deste relacionamento sem incluir o Estado, que possui seus próprios interesses na ampliação da capacidade energética nacional e, portanto, tende a ficar a favor das grandes empresas, ou seja, é um agente energético como elas.

O que se ressalta nesta relação social são as desigualdades, em termos de poder, existentes entre os grupos sociais envolvidos no conflito. De um lado a empresa que irá construir a obra, que tem seus objetivos legitimados pelo governo e pela ideologia do desenvolvimento local e do progresso. De outro, as populações tradicionais para quem está em jogo a expropriação de suas terras e a destruição de seu modo de viver e um necessário recomeçar (REIS, 1998).

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

A construção de hidrelétricas se insere no projeto de acumulação privada de capital. Seu território se mostra hierarquizado por uma relação de poder que permite esta acumulação (PAZ, 2006). Tudo que contrarie ou escape à lógica capitalista, dentro dos projetos hidroelétricos, surge como obstáculo. Dessa forma, as populações tradicionais que ocupam as áreas requeridas para a implantação do empreendimento não passam de obstáculos a serem transpostos, entraves a serem removidos para a liberação do espaço. Essa liberação se faz inscrever aos moldes capitalistas, ou seja, os povos tradicionais não passam de rubricas de custos financeiros ao olhar dos agentes energéticos, já computados no orçamento da obra.

O desnivelamento de poder permeia todas as etapas de implantação dos grandes projetos hidrelétricos. Já no planejamento não existe a hipótese de participação social na discussão sobre a decisão a ser tomada quanto ao processo de implantação de obras hidrelétricas, do uso de águas públicas para fins privados, da utilização das terras ribeirinhas e de tudo mais inerente ao plano de construção.

Aos atores sociais que terão suas vidas reconfiguradas por conta do projeto deveria ser dada a palavra, ainda na fase de planejamento, pois eles são os afetados diretamente pela implantação do projeto. Hernández (2006) faz alusão à necessidade de um espaço público para discussão do planejamento de grandes projetos com impactos socioambientais com ampliação da representação social, ou seja, que se escute a sociedade antes de decidir a construção desses projetos.

Contudo, o fato é que, uma vez decidido que vai se realizar a implantação da usina sem a participação social, passa-se aos estudos das avaliações dos impactos ambientais. Somente nesta fase é que a sociedade começa a tomar conhecimento da intenção da construção da obra. Contudo, este estudo tem como finalidade minimizar ou neutralizar impactos de uma decisão já tomada e em curso, e não uma avaliação para verificar se existe ou não condições de construir uma hidrelétrica em determinado local (ITACARAMBY, 2006). São estudos que possuem valor simbólico.

Na fase dos estudos dos impactos ambientais, tanto a sociedade atingida pelas barragens, como a sociedade em torno da obra, são chamadas para audiências públicas que, segundo Zhouri (2008), é o momento único de participação social. Concebidos para serem espaços de discussão pública, não passam, na prática, de ocasião formalizadora do processo de licenciamento da obra, uma cerimônia, um jogo de cenas de procedimentos democráticos e participativos. Ainda segundo o autor, nessas audiências, as comunidades atingidas, enquanto

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

sujeitos ativos na discussão do planejamento da obra, são negligenciadas e transformadas em meros legitimadores de uma decisão previamente tomada.

Muitos indivíduos da sociedade, atingidos e não atingidos, chegam para participar das audiências públicas com a ideia formada sobre a necessidade da construção da obra. Essa ideia se constrói, principalmente, pelo discurso insistente dos agentes energéticos, sobre o progresso e o desenvolvimento que será trazido pelas obras.

Um forte instrumento de poder a serviço dos interessados na implantação do projeto, em seu relacionamento com as populações atingidas, é a desinformação. Essa desinformação se dá pela sonegação da informação ou por meio de fornecimento de informações enganosas, desprovidas de conteúdo, contraditórias, informações que deixam mais dúvidas do que esclarecimentos (REIS, 1998; SILVA, 2007).

No empenho de legitimar a obra, as empresas e o governo, enquanto agentes elétricos, produzem um discurso desinformante, onde minimiza-se os impactos negativos e ressalta-se as vantagens. Esses agentes se utilizam dos meios de comunicação de massa e as elites capitalistas locais para internalizar o discurso de que o projeto é bom, não somente para a nação, mas também para a região.

O discurso, conforme Bourdieu (1989), é um instrumento de dominação aos grupos que estão em posição de poder, homogeneizando suas ideologias. No caso da construção dos grandes projetos, o discurso é utilizado estrategicamente por meio da ideia de que a obra será objeto de solução de muitos problemas locais, principalmente problemas de infraestrutura e de emprego. Contudo, conforme afirma Silva (2007), o discurso torna incolor a relação afetiva do ribeirinho com seu território, nega o cotidiano vivido por ele, o convence a interromper seu projeto de vida. Muda abruptamente o curso de sua história, esta não será mais a mesma.

Itacaramby (2006) torna evidente em seu trabalho que o processo de implementação de usinas hidrelétricas é uma dinâmica de desigualdade de poder que provoca injustiça social, já que as regras do jogo, logo de início, se colocam de forma bem assimétrica para os diferentes atores sociais envolvidos no conflito.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é do tipo bibliográfica, tratando-se de um ensaio teórico a partir da coleta de informações exclusivamente em materiais já publicados, em especial livros, artigos, periódicos, teses e dissertações.

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

Para esta discussão tomou-se como categoria de análise o território que, segundo PAZ (2006), permite uma percepção mais clara das muitas dimensões de uma situação ou conflito. Ainda segundo a autora, esse é um espaço onde a posição de interesse toma forma, os atores atuam socialmente e as relações sociais e formas de poder são construídas.

Apesar de ser um ensaio teórico, tomou-se como ponto de substância para a reflexão o caso da implantação das usinas hidrelétricas do complexo do Rio Madeira, com sua obra em curso no Estado de Rondônia, região norte do Brasil. Este caso serve apenas para ser olhado sob as lentes teóricas aqui discutidas, não se extraindo dele quaisquer dados ou elementos empíricos.

Como resultado da pesquisa bibliográfica, buscou-se caracterizar os custos socioculturais e econômicos com o processo de desterritorialização dos povos tradicionais a partir da construção de grandes projetos hidrelétricos nos territórios desses povos. Especificamente, buscou-se caracterizar a desorganização econômica das populações tradicionais e as rupturas socioculturais historicamente construídas, a partir da implantação desses projetos, tomando como base a construção das usinas hidrelétricas do complexo do Rio Madeira.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O efeito desorganizador e nefasto que ocorre em função da implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos, em termos sociais, econômicos e culturais, sem dúvida pode produzir um grande número de leituras possíveis. Uma das possibilidades, que é a que se está adotando neste ensaio, procura analisá-las de dentro, pensando em seus efeitos enquanto um expropriado territorialmente.

São incalculáveis as perdas que representam, em termos socioculturais e econômicos, para os desapropriados de seus territórios, lugar onde nasceram, fincaram suas raízes, constituíram suas relações, tiraram seu sustento e desenvolveram suas culturas.

4.1 A desorganização econômica das populações tradicionais

Os passivos decorrentes do processo de desterritorialização têm, dentre os seus itens, a desarticulação econômica comunitária das populações tradicionais. Essa desarticulação, somada a outros fatores, marca de forma negativa a vida de cada uma das famílias que estão envolvidas no processo de migração compulsória (JERONYMO, 2007).

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

Os povos tradicionais são, quase sem exceção, povos rurais e extrativistas. O advento do empreendimento hidrelétrico significa, para estes povos, a desestruturação econômica, com efetivas perdas de atividades tradicionais, pela perda dos locais de trabalho com o alagamento das áreas ribeirinhas (ITACARAMBY, 2006).

A desorganização produtiva desses povos pode ser tida como sendo a ruptura com aspectos relativos à reprodução social, rural/extrativista e a perda de saberes profissionais, que são construídos, especificamente, sobre o território a muito tempo ocupado.

Reis (1998) chama atenção ao fato de que a identidade rural, mesmo sendo avaliada sobre ângulos diferentes, oscilando entre valores negativos e positivos tem, na percepção dos povos, uma especificidade que se contrapõe ao modo de vida urbano.

A autora afirma, neste sentido, que mesmo avaliando o trabalho rural como “duro” e estafante, com a indevida recompensa, essas comunidades acabam por encontrar valores positivos nessa atividade profissional na liberdade de poder administrar sua própria vida, seu próprio tempo e de decidir o que produzir e quando produzir. Portanto, liberdade, autonomia e autossuficiência compõem a tríade que justifica, em parte, o apreço que os ribeirinhos manifestam ao seu modo de produção e de sobreviver.

Outro fator ligado às atividades produtivas consiste nos conhecimentos específicos que os povos ribeirinhos possuem. Esse saber produtivo tem muito a ver com a dinâmica da floresta e do rio que os cercam, pois a produção agrícola, a pesca, a caça, têm relação direta com as sazonalidades e os ritmos da natureza. A perda da terra significa a perda do saber produtivo acumulado por essas populações.

Com relação ao fator conhecimento produtivo, a insegurança que se instaura nos povos tradicionais se encontra no fato de que seus conhecimentos podem não ser próprios para serem aplicados fora dos limites do mundo da floresta e dos rios. Disto surgem a insegurança e a inquietude de ter que recomeçar, de ter que produzir um novo saber. Para alguns, com idades mais avançadas, já não existe mais tempo e nem forças para essa reconstrução.

Para Reis (1998), a preocupação por parte dos povos tradicionais, o ter a terra, enquanto patrimônio - não como bem individual, mas como bem coletivo pertencente a família. Mais que objeto de trabalho, a terra é para esses povos lugar onde se constrói o sujeito (familiares) trabalhador. Mais do que valor de mercadoria, a terra tem significado de patrimônio sentimental. A inundação dessas terras deixa debaixo d'água e expatriada, não só esta geração, mas as gerações futuras.

4.2. Rupturas socioculturais historicamente construídas

Autores como Nacke (1993), Reis (1998) e Itacaramby (2006) apontam o efeito desarticulador das redes sociais existentes no território tradicional provocado pela implantação de grandes projetos e a tensão com a impossibilidade de reconstrução dessas redes de sociabilidade em outros lugares.

Segundo Reis (1998), essas redes sociais estão fundadas no parentesco, na vizinhança e em identificações religiosas e étnicas. Estes grupos fazem destas relações uma coletividade local na qual se faz presente o sentimento de solidariedade.

Destacando a categoria vizinho, Reis (1998) destaca que este elemento significa, para as populações tradicionais, mais do que alguém que mora ao lado. O ser ou ter vizinho tem significado próprio que se aproxima de parentesco e pode, também, ser o melhor amigo.

Ser vizinhos, parentes e amigos em uma comunidade tradicional significa ser solidário, fazer parte de uma rede de trocas sociais. Presta-se ajuda nas doenças, na falta de algum bem, nas tarefas produtivas ou em qualquer outra situação que não possa ser realizada pelos recursos humanos e materiais que se têm disponíveis em casa (REIS, 1998).

Essas categorias formam, naturalmente, uma rede contratual com um conjunto de expectativas e obrigações mútuas. Contratos sustentados pela reciprocidade mútua, fundamentado, por sua vez, na confiança entre os atores, resultante do interconhecimento. Isto representa uma comunidade, no sentido pleno do termo.

Para além das situações de ajuda o território social, construído pela tradicionalidade, compreende também, encontros prazerosos, momentos sagrados de lazer e de festa que nutrem o sentimento de pertencimento de uma comunidade particular, comunidade de parentesco (REIS, 1998).

A possibilidade de perda dessas redes significa não somente se afastar fisicamente dos parentes, dos amigos e vizinhos. Representa o rompimento de laços sociais, o desmantelamento da história de vida, e o comprometimento da sobrevivência dos povos tradicionais (ITACARAMBY, 2006). O drama toma proporção com o sentimento de que não haverá mais como reabilitar essas relações em outros lugares, e que elas, a partir da migração, ficarão apenas nas lembranças.

As populações tradicionais possuem uma cultura específica, com fortes traços de credices locais, festas regionais, mitos da natureza. Crenças, mitos e valores se constroem

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

dentro da floresta, às margens do rio, os quais possuem papel fundamental no cultivo do patrimônio cultural desses povos.

O rio, inserido culturalmente na vida desses povos, não tem representação apenas econômica, o rio é um lugar que lhe dá vida, pela subsistência material. Mas também alimenta a mente e a alma por meio da diversidade mitológica sobre estórias de grandes peixes e cobras que aparecem em determinadas épocas. No rio está também o boto que, para estes povos, não é apenas um mamífero, é antes um ser místico que adquire forma humana em noites escuras, transformando-se em um belo rapaz sedutor e irresistível aos olhos das donzelas ribeirinhas.

A floresta tem seus deuses, e seus habitantes, que apesar de existirem apenas nas imaginações desses povos, provoca neles o devido respeito para com a mata, impondo-lhes limites quanto ao nível de interferência que podem ter sobre ela.

As festividades locais são, quase sempre, momentos de agradecimento ou de pedir melhoras na produção agrícola, na pesca, na caça. Festas sempre muito alegres, com músicas e danças peculiares para cada lugar e para cada data. O respeito entre os indivíduos é, também, uma marca incorporada às festividades tradicionais.

Esses e outros mais são valores mantidos como identidade étnica, como parte da cultura dessas populações, produzida e transmitida em círculos íntimos como familiares, de amizade etc. e pela vivência valorativa de certos costumes (REIS, 1998).

A chegada das hidrelétricas envolve, de forma direta, a desaculturação de todo este construto de valores, sentidos e relacionamentos produzidos pelas populações tradicionais. Quebra-se um longo ciclo de construção de identidade cultural.

A reconstrução da cultura tradicional, possivelmente, não poderá ser reconstruída em outro local em sua plenitude, pois ela tem ligação histórica com o território material onde foi construída, não se desloca valores, crenças e mitos.

5 CONCLUSÕES

Os grandes projetos hidrelétricos devem estar, de fato, na lista de interesses dos grandes capitalistas nacionais e internacionais. A expansão do potencial elétrico de um país tem vínculos com as classes empresariais que buscam, incessantemente, reduzir seus custos de produção e têm na hidroeletricidade a fonte mais barata de energia.

Estudos empíricos como o de Jeronimo (2007) concluem que o divulgado desenvolvimento local, disseminado para o convencimento da implantação das usinas, não

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

acontece, e o que resta ao final são passivos sociais com as populações afetadas e com as que se encontram em torno da obra. O nível de empregabilidade, outra fonte de convencimento popular para a implantação da usina, vem com a construtora e se vai também quando a obra termina, ficando o local, sem ter havido o desenvolvimento prometido, acometido, ao final da obra, de um elevado nível de desemprego.

A injustiça maior, sem desmerecer outros fatores, é a violência sociocultural provocada pela implantação dos grandes projetos hidrelétricos na desestruturação e desorganização das sociedades tradicionais que habitam as margens do rio, que são requisitadas para a formação da barragem. Durante o ensaio procurou-se demonstrar o descaso atribuído pelos agentes energéticos, no qual está incluído o Estado, a estas comunidades, destinando a elas uma invisibilidade sociocultural.

Tal desorganização, mesmo sendo reconhecida pelos agentes energéticos, em seus estudos de impactos ambientais é desconsiderada completamente, pois a decisão quanto à implantação da hidrelétrica se dá anteriormente ao levantamento dos impactos. Com isto os estudos tornam-se apenas meras formalidades para a legitimação jurídico-legal da obra.

Várias são as evidências que as famílias ribeirinhas não querem sair dos seus locais. Segundo Reis (1998), o “ter que sair”, no significado dado por estes agentes sociais, representa uma ameaça a sua sobrevivência. A própria expressão “ter” já expressa algo indesejável, uma vez que “ter” não representa “querer”.

A injustiça social provocada pelas agentes energéticos, incluindo-se neste grupo o Estado brasileiro, aos povos tradicionais tem início já na fase de planejamento da obra. Esta injustiça se processa, principalmente, pela exclusão desses povos nas decisões sobre a construção do projeto e pela estratégia da desinformação. Fornecer informações e dar direito à voz a estas sociedades, durante toda a fase de implementação, é possibilitar que ela tenha o direito de opinar e decidir seus projetos de vida. Excluí-los da decisão quanto à construção ou não da obra, e impor-lhes um novo projeto de vida.

A adequação de políticas energéticas com a inserção, de fato, desses problemas provocados pelas barragens aos povos ribeirinhos; o reconhecimento, por parte do Estado, da existência das atrocidades por qual passam essas sociedades com a chegada das barragens aos seus territórios e a inserção desses grupos na discussão sobre hidroeletricidade é um caminho a ser considerado como possibilidade real, na construção de uma sociedade efetivamente mais justa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ARRUDA, Rinaldo S.V. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB – USP, 2000.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HERNÁNDEZ, Francisco Del Moral. **Aqueles que vivem nas margens, às margens da decisão: controvérsias sobre o uso dos rios e das terras ribeirinhas para a geração hidrelétrica**. Dissertação (Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia) Instituto de Eletrotécnica e Energia/Escola Politécnica/ Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade/instituto de Física da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: 2006
- ITACARAMBY, Kênia Gonçalves. **Desterritorialização forçada de comunidades tradicionais: casos de injustiça socioambiental**. Dissertação (Programa de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília: 2006.
- JERONYMO, Alexandre Cosme José. **Deslocamentos de populações ribeirinhas e passivos sociais e econômicos decorrentes do aproveitamento: a usina hidrelétrica de Tijuco Alto/SP-PR**. Dissertação (Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia) Instituto de Eletrotécnica e Energia/Escola Politécnica/ Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade/instituto de Física da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2007.
- LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Serie Antropológica, Brasília, 2002.
- NACKE, A. **Deslocamentos populacionais compulsórios – experiência nacional e internacional**. In: C. M. Helm. *Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações: aspectos sócio-culturais*. Instituto Ambiental do Paraná/GTZ, 1993.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual**. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.
- PAIOLA, Lucy Mara. TOMANIK, Eduardo Augusto. **Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná**. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 24, n. 1, p. 175-180, 2002.

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

PAZ, Luciana Rocha Leal da. **Hidrelétricas e terras indígenas na Amazônia: desenvolvimento sustentável?** Tese (Doutorado em Ciências em Planejamento Energético) Programa de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2006

PEREIRA, Denise Castro. CARRIERI, Alexandre de Pádua. Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações. **Revista de Administração Eletrônica – RAE**. v. 4, n.1, art. 13, 2005.

PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. **Problemas sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países.** Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade de Campinas. Campinas: 2007.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Maria José. **Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 1998.

SILVA, Vicente de Paulo da. Grandes projetos e transformação no sentido de lugar. Caminhos de Geografia – **Revista on line do Instituto de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.** Uberlândia, v. 8, n. 21, p. 18-28, 2007.

ZHOURI, Andréia. Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*: desafios para governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**. v. 23, n. 68, 2008.